



## Comissão vota hoje relatório sobre impeachment de Dilma

No Senado, advogado-geral da União disse que afastamento de Eduardo Cunha da Câmara, por decisão do Supremo, mostra que processo contra Dilma precisa ser arquivado

**A** Comissão Especial do Impeachment votará hoje o parecer do senador Antonio Anastasia, que recomenda a continuidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff. Mesmo que não seja aprovado pela comissão, o relatório será votado pelo Plenário do Senado, que dará a palavra final sobre a admissibilidade do processo. Se o Plenário aprovar o documento,

Dilma será afastada do governo e julgada pelos senadores.

O relatório foi discutido ontem pela comissão por 7 horas. O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, disse que, por causa do afastamento de Eduardo Cunha da Câmara, decidido ontem pelo STF, a ação deveria ser arquivada. Foi Cunha, como presidente da Câmara, que deu início à tramitação do processo de impeachment. **3**



Marcos Oliveira/Agência Senado

José Eduardo Cardozo fala na Comissão do Impeachment, ao lado dos senadores Antonio Anastasia e Raimundo Lira

Acompanhe ao vivo a Comissão Especial do Impeachment na TV Senado e na Rádio Senado, a partir das 10h

### Delcídio ganha novo prazo para apresentar defesa

A maioria dos senadores da Comissão de Constituição e Justiça pediu ontem ao presidente do colegiado, José Maranhão, para conceder mais uma oportunidade a Delcídio do Amaral para que se defenda no processo

para cassação do seu mandato, já aprovado pelo Conselho de Ética e que terá o Plenário como última instância. Maranhão aceitou o apelo e adiou para segunda-feira a votação do parecer de Ricardo Ferraço. **2**



Ricardo Ferraço, entre Ana Amélia e Garibaldi Alves, fala sobre seu relatório na reunião presidida por José Maranhão (E)

### Para especialistas, crise compromete inspeção sanitária

A estruturação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária está sendo emperrada pela falta de recursos, disseram participantes de audiência da Comissão de Agricultura. A sugestão de que o serviço de inspeção possa ser terceirizado dividiu opiniões. **4**

### Situação política põe SUS em risco, dizem conselheiros

De acordo com participantes de audiência na Comissão de Direitos Humanos ontem, o sistema público de saúde está vinculado à democracia. Os debatedores se mostraram receosos com a continuidade do Programa Mais Médicos e da Política Nacional de Saúde Bucal. **4**

### Orçamento elege presidente e relator na terça-feira **2**

### Pareceres de MPs serão avaliados na próxima semana **2**

### Senado chega aos 190 anos e reportagens mostram história

Os meios de comunicação do Senado produziram reportagens especiais para marcar os 190 anos da Casa, comemorados hoje. A Câmara Alta foi aberta em 6 de maio de 1826. O **Jornal do Senado** publicou na segunda-feira um encarte (imagem ao lado) que



mostra crises no Império e na República superadas graças à atuação dos senadores. A TV marcar os 190 anos da Casa, comemorados hoje. A Câmara Alta foi aberta em 6 de maio de 1826. O **Jornal do Senado** publicou na segunda-feira um encarte (imagem ao lado) que mostra crises no Império e na República superadas graças à atuação dos senadores. A TV marcar os 190 anos da Casa, comemorados hoje. A Câmara Alta foi aberta em 6 de maio de 1826. O **Jornal do Senado** publicou na segunda-feira um encarte (imagem ao lado) que



Senador Hélio José (2º à dir.), que dirigiu a audiência ontem, pede tratamento mais humanizado aos presidiários

### Educação é via para ressocialização, mostra debate

Em audiência pública sobre o sistema prisional, especialistas afirmaram que políticas educacionais são o melhor caminho para ressocializar ex-presidiários e também para evitar

que as pessoas sejam presas. A educação cria oportunidades que podem evitar a reincidência, avaliaram participantes do debate promovido pela Comissão de Direitos Humanos. **4**

Gerardo Magela/Agência Senado

# Colegiado adia votação sobre o caso Delcídio para segunda

Novo prazo dado ao senador visa impedir recurso sob alegação de descumprimento da ampla defesa. Depois o processo vai ao Plenário, para decisão final que pode determinar perda do mandato

A VOTAÇÃO DO relatório favorável à cassação do mandato de Delcídio do Amaral (sem partido-MS) foi transferida para segunda-feira. O presidente da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), José Maranhão (PMDB-PB), adiou a decisão, que deveria ter ocorrido ontem, atendendo a apelo da maioria dos senadores presentes. Eles alegaram prudência para justificar o pedido de mais prazo para manifestação de Delcídio, de forma a evitar possível recurso à Justiça sob alegação de descumprimento do princípio da ampla defesa.

Apesar de atender o pedido de adiamento, Maranhão fez questão de ressaltar que a CCJ não teria descumprido norma regimental se tivesse decidido o assunto e que o novo prazo é uma deferência ao colega que está sendo julgado.

— Não existe no regimento nenhum prazo para que o indiciado entre com defesa na comissão. Ele poderá fazê-lo no Plenário e poderia tê-lo feito no Conselho de Ética, onde lhe foi oferecido esse direito e não o exerceu. Oxalá o faça agora, motivado por essa atenção especialíssima — observou.

Como ressaltou o parlamentar, a CCJ se limita a examinar



Presidente da comissão, José Maranhão aceitou pedido para adiar votação

se o processo que tramita contra Delcídio seguiu as normas legais. A discussão de mérito foi feita no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, que aprovou parecer recomendando a cassação do mandato. O Plenário terá a palavra final sobre o assunto.

Delcídio é acusado de atrapalhar as investigações da Lava Jato, após ter sido gravado negociando ajuda para evitar a delação do ex-diretor da Petrobras Nestor Cerveró.

## Parecer

No relatório sobre a legalidade emitido para a CCJ, Ricardo Ferraço (PSDB-ES) afirma que o Conselho de Ética seguiu todos os procedimentos exigidos, garantindo o direito

de defesa em quatro reuniões marcadas para ouvir Delcídio. Segundo Ferraço, ele recusou as oportunidades mediante apresentação de atestados médicos.

A concessão de mais prazo para que Delcídio possa se manifestar na CCJ foi defendida por José Agripino (DEM-RN), Ana Amélia (PP-RS), Simone Tebet (PMDB-MS), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), Roberto Rocha (PSB-MA), Alvaro Dias (PV-PR), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Jorge Viana (PT-AC) e Edison Lobão (PMDB-MA). Apenas Randolfe Rodrigues (Rede-AP) pediu a votação imediata da questão.

## Orçamento define dirigentes na próxima semana

A eleição do presidente da Comissão Mista de Orçamento (CMO), dos três vices e dos relatores das principais leis orçamentárias do país ficou adiada para terça-feira. Em sessão ontem, presidida pelo deputado Simão Sessim (PP-RJ), o mais velho entre os que detém mais mandatos na CMO, tomou posse a nova composição para 2016.

Este ano, a presidência da CMO caberá a um deputado, e a principal relatoria, a do Orçamento da União, a um senador. Ainda não há acordo entre os

partidos na Câmara para a indicação do presidente e dos três vices. Segundo o senador Donizeti Nogueira (PT-TO), esse foi o principal empecilho para realizar a eleição ontem.

— Sem acordo, essa comissão não funciona. Então, um tempinho a mais pode ser o suficiente para que essa definição amadureça — disse Donizeti, em entrevista à Agência Senado.

A relatoria do Orçamento caberá ao PMDB no Senado, que tem a maior bancada. Quanto à presidência, três blocos de partidos na Câmara

consideram que têm o direito de ocupar o cargo, com base em resoluções das duas Casas. São eles: o bloco PR/PSD/Pros, que indicou Milton Monti, (PR-SP); o bloco PMDB/PEN, que defende Sergio Souza (PMDB-PR); e o bloco PP/PTB/PSC, que escolheu Arthur Lira (PP-AL).

O entrave é a diferença de interpretação. Enquanto o bloco PMDB/PEN entende que o direito é da maior bancada no início da legislatura, os outros dois defendem o final de fevereiro desse ano para o critério.

## Reportagens contam história do Senado, que completa 190 anos hoje



O Senado completa hoje 190 anos. A

Casa foi inaugurada em 6 de maio de 1826, numa sessão conduzida pelo imperador dom Pedro I. Para comemorar o aniversário, os veículos de comunicação do Senado produziram reportagens especiais sobre o tema.

O **Jornal do Senado** publicou um encarte, que está disponível na internet ([veja link abaixo](#)), mostrando como os senadores, tanto no Império quanto na República, foram fundamentais para que o país vencesse algumas das suas crises mais graves e mantivesse a estabilidade.

Amanhã e depois, a TV Senado exibirá vários programas especiais, como o *Cidadania*, que entrevistará o historiador da Univer-

sidade de Brasília (UnB) Estevão Martins, e o *Senado na História*, uma série com oito episódios que recriam momentos importantes do Senado, como a experiência parlamentarista no início da década de 60.

A Rádio Senado leva hoje ao ar a reportagem especial “Senado 190 anos — uma viagem no cordel”. Por meio de versos, conta-se a história da origem do Senado brasileiro, que teve a influência de modelos dos Parlametos da França e da Grã-Bretanha. A reportagem será reprisada amanhã e no domingo.

**Programação da TV Senado**  
• <http://bit.ly/especialtv190anos>

**Reportagem da Rádio Senado**  
• hoje, às 18h; amanhã, às 10h; e no domingo, às 17h

**Encarte do Jornal do Senado:**  
• <http://bit.ly/arquivoS4499>

## Análise de 2 medidas provisórias é transferida para terça-feira

As comissões mistas que analisam as medidas provisórias sobre acordos de leniência (MP 703/2015), previstos na Lei Anticorrupção, e sobre a prorrogação de concessões no setor elétrico (MP 706/2015) devem votar os relatórios na terça-feira.

Entre as mudanças contidas no parecer do deputado Paulo

Teixeira (PT-SP) sobre a MP 703, estão regras para agilizar e estimular os acordos de leniência, além da participação ampla do Ministério Público.

O relator da MP 706, senador Edison Lobão (PMDB-MA), apresentou parecer favorável à medida, com o acolhimento parcial de cinco emendas.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>



### IMPEACHMENT Votação do relatório

10h Encaminhamento e votação do relatório da Comissão Especial do Impeachment, elaborado pelo senador Antonio Anastasia.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

### TV SENADO

A TV Senado transmite, a partir das 10h, reunião da Comissão Especial do Impeachment. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Vicentinho Alves  
**Segundo-secretário:** Zeze Perrella  
**Terceiro-secretário:** Gladson Cameli  
**Quarta-secretária:** Ângela Portela  
**Suplentes de secretário:** Sérgio Petecão, João Alberto Souza, Elmano Férrer e Douglas Cintra

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Virgínia Malheiros Galvez  
**Diretora-adjunta:** Edna de Souza Carvalho  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Ricardo Iccassatti Hermano  
**Diretor-adjunto:** Flávio Faria  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio  
**Coordenação de Cobertura:** Rodrigo Chia  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Alves Sá  
**Coordenação de Edição:** Silvio Burle  
**Serviço de Portal de Notícias:** Mikhail Lopes  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

## Jornal do Senado

**Editor-chefe:** Marcio Maturana

**Edição e revisão:** Cintia Sasse, Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Rebelo, Juliana Steck, Pedro Pincer, Ricardo Westin e Tatiana Beltrão

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella, Ronaldo Alves e Wesley Moura

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

# Comissão vota hoje admissibilidade do impeachment

Advogado-geral da União alegou ontem, último dia de debates no colegiado, que processo deveria ser invalidado devido à decisão do STF de derrubar ex-presidente da Câmara

A COMISSÃO ESPECIAL do Impeachment vota hoje às 10h o relatório de Antonio Anastasia (PSDB-MG), que recomenda a abertura do processo contra a presidente Dilma Rousseff. A decisão da comissão será levada ao Plenário do Senado, que dará a palavra final sobre a continuidade do processo e o afastamento temporário da presidente.

Ontem, último dia de debates na comissão especial, o advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, disse que o afastamento de Eduardo Cunha da Câmara dos Deputados, determinado ontem pelo Supremo Tribunal Federal (STF), demonstra que o processo de impeachment precisa ser rejeitado.

Foi Eduardo Cunha, como presidente da Câmara, que deu início ao processo, ao submeter um pedido de destituição aos deputados. O debate ontem sobre o relatório durou sete horas. Cardozo afirmou:

— Isso qualifica o desvio de poder do presidente Eduardo Cunha, que agora é atestado por uma decisão judicial, não neste caso, mas no seu *modus operandi*, na sua atuação geral, no conjunto da obra. E este impeachment faz parte desse conjunto da obra.

Cunha foi afastado ontem do mandato de deputado federal e da Presidência da Câmara em caráter liminar pelo ministro do STF Teori Zavascki. A decisão foi confirmada pelo Plenário do STF, por unanimidade.

Senadores governistas argumentaram que Cunha acolheu o pedido de impeachment por vingança, o que levaria à nulidade do processo. A oposição discordou. Antonio Anastasia disse:

— Não me parece haver mácula. Nós tivemos a votação [na Câmara]. A grande maioria, acima de dois terços, reconheceu a situação. O tema foi analisado pelo próprio Supremo.

Em razão do afastamento de Cunha, Fátima Bezerra (PT-RN) pediu o arquivamento da denúncia contra Dilma. Segundo a senadora, ele praticou “chantagem explícita”. O presidente da Comissão do Impeachment, Raimundo Lira (PMDB-PB), rejeitou o pedido de arquivamento.

Para José Pimentel (PT-CE), as supostas motivações escusas de Cunha são um “vício de origem”. Segundo o líder do governo, Humberto Costa (PT-PE), a decisão do Supremo é uma demonstração que Cunha não tinha “autoridade moral nem política” para conduzir o caso.



O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, fala no Senado, ao lado de Antonio Anastasia e Raimundo Lira

— Este Senado, se quiser fazer um tributo à seriedade, deveria suspender a continuidade deste processo, que está maculado desde a origem. Muito provavelmente vamos recorrer ao STF para a anulação de todos os atos cometidos por aquele cidadão — disse.

## Pressa

Ana Amélia (PP-RS) discordou dos governistas:

— Os fundamentos da decisão proferida pelo STF [sobre o rito do processo de impeachment] permanecem válidos e afastam o desvio de poder no ato do presidente da Câmara.

Ainda assim, Ana Amélia elogiou o afastamento de Cunha.

José Eduardo Cardozo criticou a pressa da Comissão do Impeachment e sustentou que o colegiado deveria primeiro esperar o julgamento do Tribunal de Contas da União sobre as contas de 2015 de Dilma.

Simone Tebet (PMDB-MS) discordou da necessidade de aguardar parecer do TCU. Ela ressaltou que, por se tratar de um julgamento político, não é possível levar as normas penais para o processo.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) disse que a causa defendida pelo advogado-geral da União é perdida:

— Anastasia soube demonstrar com sobriedade e precisão a adequação dos fatos à legislação. O relator espancou qualquer dúvida existente sobre a regularidade do procedimento.

Para Ronaldo Caiado (DEM-GO), o relatório explicita que as pedaladas fiscais se tornaram um “crime reiterado”. A mesma avaliação foi feita por Ataídes Oliveira (PSDB-TO), Magno Malta (PR-ES) e Waldemir Moka (PMDB-MS). Zeze Perrella (PTB-MG) disse:

— Nós, mineiros, já conhecíamos Anastasia e ficamos tranquilos quando ele foi escolhido relator.

## Precisão cirúrgica

Para Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE), o relatório é de fácil compreensão e reúne os elementos necessários para a decisão dos senadores. Ricardo Ferraço (PSDB-ES) disse que o texto tem “precisão cirúrgica”.

Segundo Gladson Cameli (PP-AC), o Senado pode dar um basta na inércia que se instalou

no país nos últimos meses.

Telmário Mota (PDT-RR), por sua vez, entendeu que Cardozo passou por cima dos argumentos do relator “como uma carreta”, mostrando a inexistência de dolo ou má-fé nos decretos de crédito suplementares.

Humberto Costa (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) apresentaram votos em separado pedindo a nulidade e o arquivamento do processo, respectivamente. Ele afirmou que os créditos suplementares não ameaçaram a meta fiscal. Em relação às pedaladas, argumentou que ainda não há manifestação do TCU sobre irregularidades nas subvenções do Plano Safra. Ele acrescentou:

— Não podemos desconsiderar o impacto que um impeachment sem embasamento constitucional e jurídico teria sobre a governabilidade democrática e até mesmo sobre a credibilidade do Congresso.

Para Gleisi Hoffmann (PT-PR), está em curso “um golpe de voz mansa”. Vanessa Grazziotin avaliou que o Senado está julgando “pseudocrimes”.

Na avaliação de José Medeiros (PSD-MT), o impeachment não significa golpe, uma vez que as instituições estão funcionando normalmente. Eduardo Amorim (PSC-SE) argumentou que Dilma sabia desde 2014, em função de decisão do TCU, que a edição de créditos suplementares não autorizados é ilegal, mas insistiu com a prática em 2015. Para Reguffe (sem partido-DF), os governantes precisam respeitar as leis, o que, segundo ele, a Dilma não fez.

## Análise durante 11 dias teve reuniões de mais de 9 horas

A votação de hoje conclui o período de 11 dias de trabalho da Comissão Especial do Impeachment. Se o Plenário decidir pelo prosseguimento, o colegiado analisará o mérito das acusações.

O pedido de impeachment chegou ao Senado em 18 de abril, após ser aceito pela Câmara por 367 votos a 137. O processo foi lido em Plenário no dia 19, dando início à tramitação no Senado.

No mesmo dia, o presidente da Casa, Renan Calheiros, e líderes partidários decidiram que a composição da comissão seria calculada a partir dos blocos partidários.

Os indicados foram confirmados pelo Plenário no dia 25 de abril. O senador Raimundo Lira (PMDB-PB), como membro mais idoso, convocou a reunião de instalação para o dia seguinte. Ele havia sido indicado pelo seu bloco para a presidência da comissão.

Já a relatoria da comissão gerou controvérsia. O Bloco da Oposição (PSDB, DEM e PV), que tinha direito a indicar o relator, decidiu por Antonio Anastasia (PSDB-MG). Senadores da base do governo protestaram. A

senadora Vanessa Grazziotin apresentou questão de ordem contra a indicação de Anastasia, alegando que o pedido de impeachment teve participação do coordenador jurídico nacional do PSDB, o que inviabilizaria a relatoria de um membro do partido. Renan Calheiros remeteu a questão à comissão especial, que a rejeitou.

A comissão foi instalada em 26 de abril, quando Raimundo Lira foi eleito presidente e Anastasia, relator. A primeira sessão de debates foi no dia 27. Em mais de três horas, os senadores falaram das acusações que constam na denúncia contra a presidente Dilma.

Os autores do pedido de impeachment foram ouvidos no dia 28, em sessão que durou cerca de nove horas. Os juristas Janaina Paschoal e Miguel Reale Júnior apresentaram os argumentos que fundamentaram a acusação. O terceiro jurista denunciante, Hélio Bicudo, esteve ausente por razões médicas.

No dia seguinte, foi a vez de a defesa falar à comissão. O advogado-geral da União, José Eduardo Cardozo, e os

ministros da Fazenda, Nelson Barbosa, e da Agricultura, Kátia Abreu, buscaram explicar as movimentações econômicas apontadas pelo pedido de impeachment como crimes contra a lei orçamentária.

Acusação e defesa puderam ainda convocar especialistas para defender seus pontos de vista. Em 2 de maio, o procurador do Ministério Público no TCU Júlio Marcelo de Oliveira, o juiz José Maurício Conti e o advogado Fábio Medina Osório defenderam a ideia de que Dilma cometeu crimes de responsabilidade. No dia seguinte, compareceram o ex-presidente da OAB Marcello Lavenère e os professores de direito Geraldo Mascarenhas Prado e Ricardo Lodi.

Anastasia apresentou o relatório favorável à recepção do impeachment em 4 de maio. No documento, ele considera que todos os requisitos legais para a admissibilidade da denúncia estão presentes e que os fatos criminosos que motivam o pedido de impedimento têm indícios suficientes.

Concluindo a etapa de análise, o relatório foi discutido ontem pela comissão.

## Veículos de comunicação do Senado transmitem reunião ao vivo e fazem cobertura especial

A TV Senado, a Rádio Senado e o portal da Agência Senado transmitirão ao vivo a reunião da Comissão do Impeachment, prevista para as 10h. E trarão conteúdo exclusivo já no início da manhã. A TV chega a 21 capitais por canal aberto e a 40 milhões de residências por

parabólica e TV por assinatura. Está no youtube.com/tvsenado e poderá ser acessada pelo portal da Agência (www.senado.leg/noticias), que também publicará notas em tempo real. A Rádio está em Brasília, em mais nove capitais e na internet (www.senado.gov.br/radio).

# Inspeção sanitária terceirizada divide opiniões

Em audiência sobre sanidade agropecuária, debatedor defendeu a liberação de serviços privados, mas representante do governo alertou para risco de conflito de interesses

A CARÊNCIA DE recursos para a estruturação do Sistema Unificado de Atenção à Sanidade Agropecuária (Suasa) está travando o avanço do setor no país. A avaliação foi feita ontem por especialistas que participaram de audiência pública na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) para discutir as barreiras ao sistema. Eles afirmaram que a legislação é complexa e falta clareza a respeito das competências de União, estados e municípios.

Uma das principais dificuldades na estruturação do Suasa, avaliaram, é a falta de recursos para a admissão, por concurso, de médicos veterinários para atuar na inspeção dos produtos de origem animal.

Diante da falta de veterinários concursados, vem sendo discutida a ideia de credenciar serviços privados para as inspeções de rotina em frigoríficos e outras indústrias de produtos de origem animal.

No debate, a defesa dessa ideia partiu do consultor Mário Nascimento, da Confederação Nacional de Municípios (CNM). Depois de afirmar que os três níveis de governo estão falidos, ele sustentou que não há espaço para novos concursos. Assim, a saída seria mudar



Presidente da Comissão de Agricultura, Ana Amélia dirige a audiência pública com Rangel (E), Kroetz e Nascimento

a lei e permitir que a agroindústria contrate por conta própria serviços privados de inspeção. União, estados e municípios ficariam apenas como fiscais do processo.

Nascimento registrou que, dos quase 5,6 mil municípios do país, até agora apenas 1,3 mil instalaram o exigido Sistema de Inspeção Municipal (SIM). Ele salientou que a atuação de veterinários contratados já vem sendo adotada em alguns estados.

O secretário de Defesa Agropecuária do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Luis Eduardo Pa-

cifici Rangel, ponderou que é necessário evitar “conflitos de interesse”. Por isso, afirmou, quando foi criado o sistema de inspeção no país, em 1915, prevaleceu a reserva da atividade apenas para agentes públicos.

— Entendeu-se que era necessário o Estado ter uma pessoa ali [nos frigoríficos] que evitasse o conflito de interesse no processo. Evitar, por exemplo, que uma carcaça fosse liberada quando ela tem uma patologia que poderia significar risco à saúde pública.

Mesmo sem dizer que pode haver conflitos de interesse no que chamou de “terceirização”,

Rangel afirmou que os debates não podem desconhecer essa questão como ponto central.

## Adesão baixa

O presidente do Fórum Nacional dos Executores de Sanidade Agropecuária, Inácio Afonso Kroetz, reconheceu que o Suasa continua “patinando”, dez anos depois da criação. Ele registrou que as adesões ao sistema se limitam a 7 estados, 12 municípios e 3 consórcios intermunicipais, além de 150 estabelecimentos produtivos.

Sobre a carência de veterinários (que afeta diretamente Sistema Brasileiro de Inspeção

de Produtos de Origem Animal — Sisbi), Kroetz disse que o quadro pode até se agravar a partir de agora. O motivo seria uma decisão do Ministério Público Federal obrigando o Ministério da Agricultura a devolver médicos veterinários cedidos por prefeituras e estados por meio de convênios. Esses convênios têm sido usados como saída para evitar que os serviços de inspeção de frigoríficos sejam paralisados por falta de inspetores sanitários federais.

Rangel observou que as discussões estão se concentrando no Sisbi, que é apenas a ponta final do Suasa, sistema mais abrangente que trata ainda de saúde vegetal e dos rebanhos. Ele também ressaltou que o país está inserido num sistema internacional e não pode fugir das balizas da Organização Mundial de Sanidade Animal.

— Não precisamos ter um sistema idêntico ao da Europa para vender para a Europa, mas é necessário um sistema equivalente para conquistarmos aquele mercado — afirmou.

A audiência foi proposta por Dário Berger (PMDB-SC), que se revezou na coordenação com a presidente da CRA, Ana Amélia (PP-RS).

## Políticas educacionais são saída para mudar sistema prisional, aponta debate

Políticas educacionais são a melhor solução para ressocializar ex-presidiários, mas, sobretudo, para evitar que as pessoas sejam presas. Essa foi uma das conclusões do debate promovido ontem pela Comissão de Direitos Humanos (CDH) sobre o sistema penitenciário.

Levantamento do Ministério da Justiça mostra que a população carcerária do Brasil, no fim de 2014, era de mais de 622 mil pessoas, o que coloca o país em quarto lugar no ranking mundial de aprisionamento.

A ouvidora nacional dos Serviços Penais do Departamento Penitenciário Nacional, Maria Gabriela Peixoto, disse que, por um lado, é preciso investir em alternativas penais e repensar o modelo de gestão de presídio. Porém considera importante, por outro lado, investir em educação pública, já que o que o perfil do preso reflete a maior vulnerabilidade social do jovem negro.

— Sessenta e dois por cento da população prisional do Brasil é negra. É uma população extremamente jovem, de 18 a 29 anos, 55% têm ensino fundamental incompleto.

O subsecretário do Sistema Penitenciário do Distrito Federal, Anderson Jorge Espíndola, avalia que as políticas educacionais são a melhor solução para a ressocialização.

— Vários internos entram praticamente analfabetos, têm a oportunidade de fazer alfabetização, fazer um supletivo do ensino fundamental e, depois, do ensino médio. Com certeza, essa pessoa não retorna à delinquência.

Paula Valéria, estudante de direito e ex-detenta, contou que das dez pessoas que saíram na mesma época que ela da prisão, quatro morreram e cinco reincidiram no crime. Ela reclamou da falta de condições para recuperação do preso.

— Quem está no regime fechado não tem direito a ler um livro sequer. Como que o Estado quer recuperar um preso que não pode ler um livro? — questionou.

Os debatedores defenderam a ampliação de cursos profissionalizantes para presos. O senador Hélio José (PMDB-DF), autor do pedido de audiência, pediu tratamento mais humanizado nos presídios.

## Para conselheiros, falta de democracia ameaça SUS

Integrantes do Conselho Nacional de Saúde estiveram ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) para debater a crise política e ameaças ao Sistema Único de Saúde (SUS), à democracia participativa e ao Estado democrático de direito. O tema faz parte do ciclo de debates Democracia e Direitos Humanos, idealizado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), presidente da comissão.

O primeiro a se manifestar foi o presidente do Conselho Nacional de Saúde, Ronald Ferreira dos Santos, que também dirige a Federação Nacional dos Farmacêuticos. Ele chamou a atenção para a vinculação entre o SUS e a democracia.

— Foi o SUS que abriu a possibilidade de atendimento à saúde aos 200 milhões de brasileiros. Liquidar a democracia é liquidar o SUS.

O representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) no conselho, André Luiz de Oliveira, lamentou que projeto de lei de iniciativa popular destinando 10% das receitas correntes brutas da União para a saúde esteja parado na Câmara.

— A CNBB já alertava, no final de 2009, para o enges-



Entre Cleoneide Pinheiro e Ronald Ferreira, Paim coordena audiência pública

samento do financiamento do SUS e fez um apelo por um debate sobre o sistema.

Representante do Ministério da Saúde no conselho, Kátia Souto sustentou a necessidade de reafirmar, neste momento de crise, o direito à saúde para todos com equidade e participação popular.

— O SUS tem dificuldades, mas também avanços em políticas sociais que ampliaram seu alcance, como o Programa Mais Médicos e a Política Nacional de Saúde Bucal. Tudo isso está ameaçado quando se ameaça a democracia.

Na condição de conselheira e usuária do SUS, a representante da Federação Nacional das Associações de Celíacos do Brasil (Fenacelbra), Cleoneide Paulo Oliveira Pinheiro,

dividiu a angústia quanto à permanência do serviço público de saúde no país. Esse risco foi reforçado por outra conselheira, Juliana Acosta, representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag), que chamou a atenção para problemas de terceirização na gestão e precarização do trabalho na saúde.

Paim reforçou o temor dos conselheiros quanto ao desmonte do SUS com mudanças na condução do governo. Mesmo que a Comissão Especial do Impeachment decida pela admissibilidade do processo de afastamento da presidente da República, Dilma Rousseff, o presidente da CDH assegurou que o ciclo de debates não será interrompido.